

A participação da província de Santa Catarina na Guerra dos Farrapos

Diogo Massochin

tapiocadesalsicha@yahoo.com.br

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: este artigo procura demonstrar a importância da província de Santa Catarina para conter o avanço das tropas rebeldes da Guerra dos Farrapos vindas da província do Rio Grande de São Pedro. Abordamos as políticas adotadas que tinham como objetivo barrar o avanço farroupilha e manter os revoltosos apenas na província do Sul. Mesmo com a proclamação da República Juliana, o governo provincial adotou estratégias para expulsar os revoltosos o que veio a facilitar o papel do governo imperial nos acordos de paz.

Palavras-chave: Revolução Farroupilha; Santa Catarina; República Juliana; Brasil Império

Abstract: this article seeks to demonstrate the importance of the province of Santa Catarina in contain the advance of rebel troops of the *Farrapos* War coming from the province of *Rio Grande de São Pedro*. We approach the politics adopted that had as objective bar the *Farroupilha* advance and keep the rebels in the South province. Even with the proclamation of the Juliana Republic, the provincial government has adopted strategies to expel the rebels that came to facilitate the government's role in imperial peace agreements.

Key-words: *Farroupilha* Revolution, Santa Catarina, Juliana Republic, Brazil Empire

The participation of the province of Santa Catarina in the Farrapos War

Após a abdicação de D. Pedro I ao trono imperial, e, encontrando-se o seu filho ainda na menoridade, foi iniciado no Brasil o período regencial. O período que vai de 1831 a 1840 foi marcado por duas fases. A primeira fase é caracterizada por um avanço liberal no governo, ou seja, uma descentralização do poder promovida pela regência trina – esta composta por João Bráulio Muniz, José da Costa Carvalho e pelo Brigadeiro Lima e Silva. Algumas das características dessa primeira fase regencial são: a suspensão do poder moderador e a criação de assembléias legislativas provinciais com amplos poderes. Já a segunda fase regencial é conhecida como “regresso”, onde o poder esteve nas mãos do Marques de Olinda. Essa fase é caracterizada pela retomada da centralização política dentro do contexto de superação do açúcar pelo café na pauta de exportações brasileiras. Dessa forma, existia a necessidade de um reforço da posição dos políticos fluminenses, isto porque o Rio de Janeiro era o principal produtor do grão na época.

Basicamente, durante o período regencial, três forças políticas tinham certa representatividade perante as decisões do Império: Os denominados “Liberais moderados”; a



“Sociedade Conservadora” e a “Sociedade Federal”. Os primeiros eram favoráveis a um acanhado processo de descentralização política, porém, desejavam a manutenção da ordem monárquica. Sua força estava na Câmara e na imprensa, e alguns de seus adeptos eram Pe. Antônio Feijó e Evaristo da Veiga. O grupo da “Sociedade conservadora”, conhecidos também como Caramurus, defendia o retorno do Imperador D. Pedro I ao trono e a manutenção da monarquia centralizadora. Sua força encontrava-se no Senado, principalmente na figura de José Bonifácio. O terceiro grupo - “Sociedade Federal” - defendia uma profunda descentralização política e o fim do poder moderador. Eram um grupo de republicanos, como Cipriano Barata e Borges da Fonseca. A sua força estava na tropa do exército ou mesmo nas ruas, mas no Parlamento exibiam pouca representação. Eram chamados de liberais exaltados.

Além dessa forte disputa política no centro do poder, que caracterizaria o futuro do Império do Brasil, durante o período da regência ocorreram vários movimentos rebeldes de cunho político por todo o território imperial. Esses movimentos reivindicavam mudanças políticas de acordo com os desejos locais. Alguns desses movimentos foram: a Cabanagem (Grão-Pará – 1834-1840); o movimento antilusitano que defendia a religião e D. Pedro I; a Revolta dos Malês (Bahia – 1835); o movimento dos escravos muçulmanos, que foi reprimido no mesmo dia; a Balaiada (Maranhão – 1837-1840); uma reação ao recrutamento militar forçado e à lei dos prefeitos, opôs os liberais contra os conservadores; a Sabinada (Bahia – 1837); a revolta dos liberais exaltados baianos contra as primeiras medidas do “regresso” e o recrutamento militar forçado.¹

Outra importante revolta que ocorreu durante o período regencial foi a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845. Foi o movimento rebelde de maior duração e o único que não foi militarmente derrotado pelo governo imperial. Embora os seus principais objetivos não tivessem logrado êxito. A Guerra dos Farrapos é famosa ainda por ser o único movimento que alcançou separação territorial do Império ao fundar a República Rio-Grandense, como também a efêmera República Juliana (esta na província de Santa Catarina), onde o objetivo dos revoltosos era a criação de um Estado federativo.

O movimento farroupilha opôs de um lado os estancieiros liberais separatistas (os populares chimangos) e os caramurus. Os primeiros aspiravam criar um estado republicano federativo com as outras províncias brasileiras que a ele desejassem aderir. Os caramurus eram os

¹ Cf. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995. p.164-171.



da monarquia. Os antecedentes para a disputa são vários. Dentre eles podemos citar: a tributação imperial sobre o charque rio-grandense (o principal produto da província) que dificultava o seu comércio frente à concorrência do charque platino; a decepção com as medidas descentralizadoras de Feijó, que foram consideradas muito tímidas; a criação do imposto sobre o gado em pé, que inviabilizava o comércio de fronteira; e ainda a derrubada do presidente Fernandes Braga. Como se não bastasse, pelos idos de 1839, iniciou-se a política do Regresso – de maior centralização – que desagradou ainda mais os chimangos. Além disso, a província de São Pedro do Rio Grande do Sul era estratégica para o Império, porque, era a província mais meridional e fazia fronteira com a Banda Oriental, ou Cisplatina, que o Brasil havia anexado. A isso somado a localização geográfica, próxima ao estuário do Rio da Prata e, conseqüentemente de Buenos Aires. Esta cidade sofria a interferência do governo do Brasil durante o período imperial. Interferência esta que necessitava do apoio dos estancieros gaúchos.²

De qualquer modo, com a deflagração da revolta, o governo do Rio de Janeiro não conseguiu contê-la em um primeiro momento, porque este enfrentava opositores em várias províncias do Império concomitantemente, como no Grão-Pará, Maranhão e Bahia, além, lógico, do Rio Grande do Sul.

A concentração das forças dos revoltosos ficou no interior, ou na chamada campanha. Dessa forma, eles não conseguiam exportar a produção de charque para financiarem as guerras, porque o porto de Rio Grande esteve o tempo todo em mãos dos legalistas, e por sua vez, o governo imperial fazia pressão sobre Montevideú para impedir qualquer comércio com os farrapos. Assim temos que:

A preocupação com a manutenção desses laços [do federalismo] e com a continuidade da exportação dos produtos gaúchos para o mercado interno brasileiro pode ser apreciada com a tentativa farroupilha de estender a revolução para Santa Catarina, ampliando para além do Rio Grande a proposta de uma federação de repúblicas. Tal procedimento revela o interesse na aquisição de um porto marítimo (Laguna) para o escoamento da produção gaúcha.³

Destarte, saindo em busca dos ideais farroupilhas como também em busca de um porto para manter as exportações e assim continuar com o financiamento da revolta é que os farrapos

² FAUSTO, op. cit., p. 169.

³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 61.



partiram em busca da conquista da província de Santa Catarina e fundaram a efêmera República Juliana. Esta república teve aproximadamente apenas seis meses de existência e concentrava-se basicamente na cidade portuária de Laguna como também na cidade de Lages, compreendendo toda a região Sul da província até o planalto catarinense. Além dessas conquistas, os revolucionários gaúchos tentaram apossar-se de Desterro, a capital provincial. Os revoltosos “continuaram avançando para o Norte em perseguição das tropas imperiais que se retiraram de Laguna” e o seu avanço só foi freado “devido a um entrincheiramento das forças imperiais” próximo a Desterro, assim dificultando “o acesso das tropas farrapas [à capital] e o avanço para o ataque”.⁴

Podemos ser levados a pensar que a província de Santa Catarina ficou renegada ao léu pelo governo do Rio de Janeiro e por esse motivo os revoltosos sulistas conseguiram se estabelecer em uma grande parte da província. Na verdade, a província do Rio Grande do Sul detinha muito mais recursos para a guerra do que a província de Santa Catarina, como também o governo imperial encontrava-se em guerra em vários pontos do território para tentar conter outras revoltas.

Porém, medidas eram tomadas, tanto em decisões do governo do Rio de Janeiro, como também através de medidas da própria capital provincial de Santa Catarina na tentativa de conter os rebeldes. Analisando os relatórios provinciais dos anos da revolta e os relatórios do Ministério da Guerra se pode ter uma ideia das medidas que foram tomadas para conter os rebeldes.

O governo imperial sabia muito bem da importância da província de Santa Catarina no contexto da Guerra dos Farrapos. Santa Catarina é a única província do Império que faz divisa com o São Pedro do Rio Grande do Sul, assim, é um elo importantíssimo nas comunicações do extremo Sul com a capital imperial. No relatório provincial fica explícito:

[...] ácerca da Provincia de Santa Catharina, cuja posição Topographica tanto podia, e póde influir nas commoções da de S. Pedro do Sul, sendo a mais importante o haver-se collocado naquelle ponto Autoridades vigilantes e zelosas, que embaraçassem a communição dos rebeldes, e transmissão dos auxílios, que de Santa Catharina lhes erão enviados.⁵

⁴ COSTA, Gustavo Marangoni. *Entre contrabando e ambiguidades: outros aspectos da República Juliana – Laguna/SC – 1836 – 1845*. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Florianópolis: UFSC, 2006, p. 40.

⁵ BRASIL. Relatório da repartição dos negocios da guerra apresentado a Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1838 pelo respectivo ministro e secretario de estado Sebastião do Rego Barros. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1838. p. 15. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial/guerra>. Acesso em 15 de maio de 2010.



Esse relatório demonstra a preocupação do governo em acabar com a revolta no Rio Grande e, para isso, fazer amplo uso da província de Santa Catarina. Assim, a primeira medida tomada foi a tentativa de cortar qualquer auxílio que pudesse chegar aos chimangos pelo Norte, via Santa Catarina. Auxílio esse que não seria apenas indireto, no caso de excluir qualquer possibilidade de ajuda aos revoltosos. Diretamente, o auxílio viria militarmente. Indo para a província de São Pedro, o Ministro da Guerra Sebastião do Rego Barros passou por Santa Catarina e ordenou:

[...] fazer seguir, por mar, para a Provincia de S. Pedro 400 homens da referida columna, deixando a necessaria força para fazer conservar na Provincia a Ordem, e mesmo repellir qualquer movimento, que os rebeldes tentassem, procurando aterrar aos pacificos habitantes da mesma Provincia.⁶

Isso demonstra a importância de Santa Catarina na contenção aos revoltosos. Além desse papel, Santa Catarina, de certo modo, também participou da República Rio-Grandense, quando os chimangos incorporaram o município de Lages à República em março de 1838.⁷ Após essa incorporação e a comunicação desse fato ao governo imperial, este assim se manifestou: que “de S. Paulo marchasse força de linha para o fim de operar com forças d’esta em vista de pôr a coberto o Ponto de Lages de novos insultos”. Além do mais, informa que “preparava-se e disciplinava-se no entanto na Laguna a força disponível para a junção indicada”.⁸

Tudo era certo para a retomada de Lages pelo governo imperial, porém boatos começaram a espalhar em Laguna de que os rebeldes pensavam em atacar aquele porto. De acordo com os relatórios do Presidente da Província de Santa Catarina de 1839, ou dividia-se a força militar, para deslocar uma parte para Lages juntamente com a força que viria de São Paulo enquanto a outra parte ficaria guardando Laguna, ou ainda poderia-se esperar por reforços. Opção esta escolhida.⁹ Esses reforços demonstram o empenho de ajuda feito pelo governo imperial para

⁶ BRASIL. Relatório da repartição dos negócios da guerra apresentado a Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1839 pelo respectivo ministro e secretario de estado Sebastião do Rego Barros. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1839. p. 14. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial/guerra>. Acesso em 15 de maio de 2010.

⁷ FLORES, Moacyr. *Revolução Farrroupilha*. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 1985. p. 69.

⁸ SANTA CATARINA. Discurso pronunciado na abertura da Assembleia Legislativa da provincia de Santa Catharina na segunda sessão ordinária da segunda legislatura provincial em 1839 pelo respectivo presidente, o brigadeiro João Carlos Pardal. Cidade do Desterro, Typ. Provincial, 1839, p. 15. Disponível em http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em 15 de maio de 2010.

⁹ Idem.



conter o avanço dos farroupilhas, embora ele estivesse concomitantemente lutando contra mais outras duas revoltas no de 1838.

O fato do governo imperial auxiliar o governo provincial com efetivo de homens, não queria dizer que tudo estava garantido. No mesmo relatório, o Presidente da Província declarou que havia falta de cavalos, tanto para a guarda de Laguna, quanto para montar a força que ia para Lages.¹⁰ Em vista da necessidade de obter os equinos para montaria, o governo provincial clamou por ajuda ao então Juiz de Paz de Lages Alferes Borges. Porém, de acordo com a leitura dos relatórios, o Juiz de Paz lageano, além de não fornecer os cavalos para a causa imperial, ainda “convidou os rebeldes a entrarem” no município e também “entregou lhe [aos rebeldes] as cavahadas”.¹¹ Como se isso não bastasse, o referido Alferes Borges fez retroceder a força que vinha de São Paulo, ao persuadi-los de que “os rebeldes erão em numero quadruplo ao Batalhão, quando de facto apenas subia a hum quarto da força numerica do mesmo Batalhão”.¹²

De qualquer modo, não nos é possível confirmar a veracidade das peripécias do tal Alferes Borges para impedir a chegada da força imperial ao município, ou mesmo a cessão dos cavalos aos revoltosos. Realmente Lages não fora retomada pelo governo imperial em 1838, momento dessa narrativa, o que demonstra que havia o interesse de certos grupos lageanos – aqui na figura do Alferes Borges – em aliar-se aos farroupilhas e ajudar a República Rio-Grandense.

Porém, não era essa a ideia do governo imperial, que não poupou esforços para retomar Lages, onde mais uma vez montou e colocou “a marcha de huma Columna forte composta das [ilegível] armas de Cavalleria, Artilheria e Infanteria, que teve lugar no começo deste anno [1839] da Villa da Laguna, [...] talvez possa conseguir pôr hum termo ás correrias de Lages”.¹³ Lages só seria retomada pelas forças imperiais em 1840 durante a última investida dos farroupilhas pela província de Santa Catarina.¹⁴

O perigo era sempre eminente para Santa Catarina e vinha da República Rio-Grandense. Depois da incorporação de Lages à República Rio-Grandense, seria a vez de Laguna ser atacada pelos rebeldes. Para tanto os rebeldes atacaram por terra, sob o comando de Davi Canabarro, como também como uma esquadilha por mar, sob o comando de Giuseppe Garibaldi:

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem, p. 16.

¹² Idem.

¹³ Idem.

¹⁴ SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed Universidade de Brasília, 1982, p. 170-1.



[...] as forças farroupilhas não encontraram muita resistência militar ao tomarem a vila em julho de 1839. A guarnição imperial estacionada em Laguna encontrava-se em menor número frente às forças farrapas e após confrontos iniciais, os legalistas retiraram-se temendo pesadas baixas na tropa.¹⁵

Com a tomada de Laguna, foi proclamada a República Juliana em 25 de julho de 1839. Esta também incorporou Lages e aderiu como uma federação à República Rio-Grandense. Como já foi dito acima, ela chegou a ocupar uma boa parte da província de Santa Catarina.

A República Juliana, embora não tenha conseguido conquistar a capital Desterro e tenha pouco durado, causou um profundo alarde nas forças imperiais. Os revoltosos pressentiam que a causa farroupilha começava a andar com passos largos. Entretanto, o desejo do Rio de Janeiro era outro. Urgia conter os manifestantes no Rio Grande, ao mesmo tempo o governo imperial via-se as voltas com uma revolta no Maranhão que também necessitava resolver. O governo propôs uma defesa mais eficiente, principalmente na província de Santa Catarina, de modo que, como não se conseguia derrotar os farrapos no Rio Grande no momento, pelo menos que se contivesse a sua empreitada.

Para conter o avanço dos rebeldes, certas instruções foram dadas aos comandantes militares da província de Santa Catarina, com a assinatura de Francisco Joze de Souza Soares d'Andréa e datada de 16 de setembro de 1839.¹⁶ O primeiro artigo do documento é claríssimo quanto ao seu objetivo: conter o avanço dos farroupilhas. Eis aqui a sua reprodução na íntegra:

Os Senhores Commandantes Militares dos diversos districtos em que tenho dividido a Provincia de Santa Catharina ficão responsaveis pela deffeza dos seus districtos, para o que terão em vista o lado por onde os rebeldes lhes possão fazer qualquer ataque, e providenciarão desde logo aos meios de lhe fazerem opposição.¹⁷

Além desta clara ordem de contenção dos rebeldes, outras observações são pertinentes neste documento. Ordenava-se: tornava-se obrigatório o alistamento de todos os indivíduos livres entre quinze e cinquenta anos; a prisão a todos os opositores do governo; a prisão de todas as

¹⁵ COSTA, op. cit., p. 40.

¹⁶ SANTA CATARINA. Discurso pronunciado pelo presidente da provincia de Santa Catharina, o marechal de campo Joze de Souza Soares d'Andréa, na sessão ordinaria do anno de 1840 abertura no primeiro dia do mês de maio. Cidade do Desterro, Typ. Provincial, 1840, doc. n° 05. Disponível em http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em 15 de maio de 2010.

¹⁷ Idem.



pessoas desconhecidas que aparecessem nos respectivos distritos; alistar ou prender os viajantes; evitar o comércio ou o contrabando de pólvora ou munição; entre outros.¹⁸ Assim, percebem-se os esforços governamentais para conter os avanços dos rebeldes através da província de Santa Catarina. O governo, não conseguindo esmagar a revolta, tenta conter os seus opositores em sua província de origem, para que as ideias revolucionárias não se espalhem por um maior espaço do território. Desta forma, Santa Catarina foi importantíssima para conter o avanço dos farrapos e também manter a integridade do Império.

Como vimos, as ordens acima discriminadas foram expedidas no ano de 1839, mas nos anos de 1840-41 dois acontecimentos importantíssimos aconteceriam no Império e que marcariam o “início do fim” da Guerra dos Farrapos. Em primeiro lugar o governo do Rio de Janeiro conseguira controlar as outras revoltas que ainda estavam em andamento – a Cabanagem no Grão-Pará terminaria em 1840 e a Balaiada no Maranhão em 1841. O segundo ponto é que em 23 de julho de 1840 ocorreria o famigerado “Golpe da Maioridade” alçando ao trono o então jovem de treze anos Pedro II, fazendo com que fosse aclamado Imperador do Brasil. Estes acontecimentos forneceram a estabilidade necessária que o governo do Rio de Janeiro necessitava para resolver os problemas internos – neste caso, principalmente as revoltas. Aliados estes pontos aos desgastes dos farrapos e a contenção do movimento à província do Rio Grande, o movimento não exibia um futuro próspero.

Em 1842 o Império nomeou o então Barão de Caxias como o presidente da província de São Pedro do Rio Grande. Embora os farrapos conseguissem ainda algumas vitórias militares, já em 1843 eles encontravam-se totalmente desgastados. Ensejando um fim rápido ao conflito, em 1845 o governo imperial propõe uma “paz honrosa” aos farrapos. Assim, após algumas negociações, foi assinado o Tratado de Poncho Verde, dando fim ao conflito. Para tanto, o governo imperial acatou uma série de reivindicações dos rebelados, tais como: o pagamento das dívidas da República Rio-Grandense; garantia de segurança a todos os revolucionários; os oficiais, caso desejassem, poderiam transferir-se ao exército brasileiro nas suas respectivas patentes; elevação do imposto sobre a importação do charque platino.

Desse modo nos resta perguntar o porquê da assinatura de um tratado deveras benevolente quando o governo imperial tinha a chance de esmagar o movimento. De acordo com Pesavento:

¹⁸ Ibidem.



Na Argentina, processava-se o conflito entre as forças representadas pela oligarquia rural (Rosas) contra a burguesia comercial, aliada da Inglaterra. No Uruguai, por instigação e apoio de Rosas, Manoel Oribe vencera as forças de Frutuoso Rivera, na intenção de levar o país ao domínio argentino. Para fazer frente aos conflitos que se avizinhavam, o Império tinha necessidade de apoio militar e econômico do Rio Grande do Sul, bem como do uso de seu território como base de operações, daí o oferecimento da ‘paz honrosa’ que satisfizesse os rebeldes.¹⁹

Assim, conseguiu o governo imperial conter os revoltosos sem, contudo, excluí-los totalmente do cenário político. Dessa forma, os farroupilhas não foram severamente punidos pelo governo do Rio de Janeiro, enquanto este pode dar continuidade ao seu modelo de política no Rio da Prata.

O fato de a Revolução Farroupilha ter se concentrado basicamente apenas na província de São Pedro do Rio Grande deve-se muito aos trabalhos feitos em Santa Catarina. Embora a Vila de Lages ficasse em mãos dos revoltosos por um certo tempo, e ainda estes conseguissem proclamar uma República em parte desta província, estes núcleos de forças farroupilhas logo foram extirpados e a província retomou as suas características territoriais originais. Dessa forma, o governo imperial, após rechaçar os outros movimentos rebeldes, bem como resolver os problemas políticos com o “Golpe da Maioridade”, conseguiu dedicar-se ao problema na província meridional e, devido às conjunturas da época, negociar a paz com os revoltosos.

Os esforços feitos na província de Santa Catarina corroboraram e muito para a contenção do movimento, embora com todas as dificuldades encontradas. Estes, uma vez contidos unicamente no Rio Grande, aos poucos se desgastavam e perdiam as perspectivas de vitória. Logo, percebe-se que a colaboração da província de Santa Catarina para a manutenção da integridade imperial foi de suma importância.

Fontes

BRASIL. Relatório da repartição dos negócios da guerra apresentado a Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1838 pelo respectivo ministro e secretario de estado Sebastião do Rego Barros. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1838. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial/guerra>. Acesso em 15 de maio de 2010.

¹⁹ PESAVENTO, op. cit., p. 65.



BRASIL. Relatório da repartição dos negócios da guerra apresentado a Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1839 pelo respectivo ministro e secretario de estado Sebastião do Rego Barros. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1839. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial/guerra>. Acesso em 15 de maio de 2010.

SANTA CATARINA. Discurso pronunciado na abertura da Assembleia Legislativa da provincia de Santa Catharina na segunda sessão ordinária da segunda legislatura provincial em 1839 pelo respectivo presidente, o brigadeiro João Carlos Pardal. Cidade do Desterro, Typ. Provincial, 1839. Disponível em http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em 15 de maio de 2010.

SANTA CATARINA. Discurso pronunciado pelo presidente da provincia de Santa Catharina, o marechal de campo Joze de Souza Soares d'Andréa, na sessão ordinária do anno de 1840 abertura no primeiro dia do mês de maio. Cidade do Desterro, Typ. Provincial, 1840. Disponível em http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em 15 de maio de 2010.

Referências

COSTA, Gustavo Marangoni. *Entre contrabando e ambiguidades: outros aspectos da República Juliana – Laguna/SC – 1836 – 1845*. 167 p. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Florianópolis: UFSC, 2006.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1995.

FLORES, Moacyr. *Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed Universidade de Brasília, 1982.

